



BOLETIM INFORMATIVO Nº 04/2025

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Tema Principal:

- Exigências de Qualificação Técnica: critérios legais, limites e cuidados na fase de planejamento.

Base Legal:

- Art. 18, IX, e Art. 67, §§ 1º e 2º, ambos da Lei nº 14.133/2021.
- Acórdão TCU nº 2630/2011 – Plenário.

O que diz a Lei nº 14.133/2021?

✓ A Lei estabelece que a exigência de atestados de capacidade técnica deve se restringir às **parcelas de maior relevância técnica** (por sua complexidade ou risco) **ou valor significativo do objeto licitado** (≥ 4% do valor total estimado). Neste critério, a análise deve considerar o valor total do item em relação ao valor global do certamente, mesmo que a licitação esteja organizada por grupos/lotes. Essa exigência deve ser justificada tecnicamente e formalizada na fase de planejamento (ETP ou TR).

Quando e como exigir atestados?

- ✓ Indique, de forma clara e justificada, as parcelas do objeto tecnicamente relevantes ou com valor significativo, cuja execução exija comprovação técnica.
- ✓ Caso seja exigida a comprovação de quantitativos mínimos, estes devem ser definidos objetivamente, limitados a 50% da parcela considerada relevante.
- ✓ Evite restrições desproporcionais que possam comprometer a ampla participação de interessados.

Cuidados essenciais da equipe de planejamento

- ✓ Exija apenas o necessário, com proporcionalidade e pertinência técnica.
- ✓ Inclua no ETP ou TR a indicação e justificativa das parcelas de maior relevância.
- ✓ Evite exigências genéricas, como restrições quanto ao local ou tempo de execução dos atestados.
- ✓ Admite-se:
 - Somatório de atestados;
 - Utilização de atestados de consórcios, conforme critérios legais;
 - Apresentação de atestados de potenciais subcontratados, limitada a 25% do objeto.
- ✓ Certifique-se de que os profissionais indicados participarão da execução e, se substituídos, sejam por outros com experiência equivalente ou superior.

Riscos em caso de excesso ou omissão:

- ⊗ Impugnações ao edital.
- ⊗ Inabilitação indevida de licitantes aptos.
- ⊗ Restrição à competitividade.
- ⊗ Anulação do certame por vício de edital.
- ⊗ Questionamentos por órgãos de controle.
- ⊗ Responsabilização do agente público.

 "A boa gestão das contratações públicas depende da atualização contínua sobre jurisprudência e boas práticas."